



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PELÁGICOS DAS REGIÕES

SUDESTE E SUL (CPG PELÁGICOS SUDESTE E SUL)

ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

Brasília, 5 de dezembro de 2025

ABERTURA

A 2ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul (CPG Pelágicos SE/S) com pauta única descrita como **Safra da tainha de 2026**, ocorreu no dia 5 de dezembro de 2025, de forma mista (presencial e videoconferência), sendo realizada no Ministério da Pesca e Aquicultura, localizado no SIG Quadra 2, Lote 540 Ed. Soheste.

A Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, senhora Sandra Silvestre Souza, cumprimentou a todos os presentes e informou aos membros, convidados e ouvintes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade mista. Ainda, enfatizou a importância do respeito ao tempo de fala de cada participante e para facilitar a interação, pediu que os representantes das instituições presentes levantassem a mão para solicitar a fala e pediu que os membros que participavam virtualmente utilizassem a função de levantar a mão no aplicativo Microsoft Teams.

Além disso, orientou os participantes virtuais a assinarem a lista de presença disponível no chat do aplicativo, enquanto os presentes deveriam registrar sua presença na lista física disponibilizada no local. A Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, senhora Sandra Silvestre Souza, também solicitou que todos mantivessem os microfones desligados fora do seu momento de fala e que as câmeras fossem mantidas ligadas.

A Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, senhora Sandra Silvestre Souza, ressaltou que qualquer falta de respeito não seria tolerada, e indicou que os



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

participantes deveriam ser sucintos em suas intervenções para evitar interrupções. A oradora finalizou desejando uma boa reunião a todos os membros.

Em prosseguimento, a Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, senhora Sandra Silvestre Souza, iniciou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA Nº 158, de 1 de dezembro de 2023, de designação dos membros do CPG Pelágicos SE/S e dos convidados pelas instituições.

PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Reunião Extraordinária do CPG Pelágicos S/SE, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Secretaria-executiva do CPG Pelágicos S/SE

Senhora Sandra Silvestre (Secretária Executiva)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Adayse Bossolani (Titular)

Senhor Cristiano Quaresma (MPA/SNPA)

Senhora Patrícia F. Bueno (MPA/SNPA)

Senhor Gutemberg Andrade (MPA/SNPA)

Senhora Brenda R. Uliano (MPA/SNPA)

Senhor Leonardo Pinheiro (MPA/SNPA)

Senhora Mônica Cavalcanti (MPA/SNPI)

Senhor Rafael Pinheiro (MPA/SNPI)

Senhor Rodrigo Cesário Pereira Silva (MPA/SNPI)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Clarice Satiko Aoto (MPA/SNPI)

Senhor Lucas Ramos de Oliveira (MPA/SERMOP)

Senhora Rafaela Passarone (MPA/SERMOP)

Senhora Elielma R. Borcem (MPA/SERMOP)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Roberto R. Gallucci (Suplente)

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Titular)

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular) (Ausente)

- Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Eduardo Barros Fagundes Netto (Titular) (Ausência justificada)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (Titular) (Ausente)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor Antônio Alberto da Silveira Menezes (Suplente)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ)

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Valdori Alci de Almeida (Suplente)

- **Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES)**

Senhor Antônio Carlos (Titular) (ausente)

- **Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo**

Senhor Sergio Luiz dos Santos Tutui (Ausente)

- **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul**

Senhor Marlon Hilgert Arenhardt (Titular)

Senhor Jean Pierre Oses (Convidado)

- **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná**

Senhor Marcello Fin Gossner (Titular) (Ausente)

- **Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca)**

Senhora Laís Belsito Pestana (Titular)

- **Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAECSC)**

Senhor Marcos Manoel Domingos (Titular)

- **Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)**

Senhor Frank Max Marques (Suplente)

- **Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Cadu Villaça (Suplente)

- **Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-5 (Porto Alegre)**

Senhor Gilmar da Silva Coelho (Titular)

- **Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)**

Senhor Caetano Machado de Almeida Junior (Suplente)

- **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF)**

Senhor José Henrique Pereira (Titular)

- **Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul**

Senhor Lorival Cardoso Magnus (Titular) (Ausente)

- **Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)**

Maria do Carmo Gominho Rosa (Titular) (Ausente)

- **Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)**

Senhor Carlos Roberto Silva Medeiros (Suplente)

- **Oceana Brasil**

Senhora Letícia Bruning Canton (Suplente)

- **Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES -RS)**

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor Alexandre Guerra Espogeiro (Titular) (Ausente)

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Geysa Marinho de Souza (Titular)

Senhor Agnaldo Hilton dos Santos (Suplente)

Senhor Fernando Pinto das Neves (Convidado)

Senhora Thaiza Barreto (Convidada)

Senhor Luiz Alberto marques (Convidado)

Outras instituições

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no estado de Santa Catarina

Senhor Jean Ricardo Antunes

Senhora Mariana Paul de Souza Mattos

Senhor Diego Mendes Baggio

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no estado do Rio Grande do Sul

Senhora Ana Spinelli

- GTC

Professor Paulo Ricardo Schwingel (Ausência justificada)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul

Vereador Marcon Machado

- FEPESC - Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina

Senhora Michele Hilgenberg

- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Senhor Wilson Luiz Juliano dos Santos

Senhor André Mattos

Senhor Matheus Bittencourt de Brito

- PESCA BR

Senhor Antônio Carlos Corrêa

- Coordenação Nacional das Comunidades Sazonais Caiçaras (Ubatuba/SP)

Senhora Ana Flávia

- FioCruz

Senhora Aline Keiko Ishikawa

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

DPU	Defensoria Pública da União
INI	Instrução Normativa Interministerial



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

LBA	Limite Biologicamente Aceitável
MPF	Ministério Público Federal
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
t	tonelada
TCU	Tribunal de Contas da União
TRF	Tribunal Regional Federal
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, amadora e esportiva
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SAQ/SC	Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
CONEPE	Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura
GT Tainha	Grupo de Trabalho da Tainha
SISTainha	Sistema do Registro da Atividade Pesqueira da Tainha

A Secretária Executiva, senhora Sandra Silvestre, apresentou a pauta única da reunião - **Safra da tainha de 2026** - não tendo manifestação, a declarou aprovada e imediatamente passou a palavra à Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - SNPA.

A senhora Adayse Bossolani (SNPA) iniciou a fala da Secretaria discorrendo sobre o trabalho desenvolvido, no âmbito do GT Tainha, em 2025. Foi ressaltada a importância da participação social nos trabalhos do Grupo, ampliada no corrente ano, o que possibilitou discussão de qualidade.

O senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) relatou o histórico normativo da pescaria da tainha, destacando as instruções normativas MMA nº 5, de 21 de maio de 2004, e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

a IBAMA nº 171, de 9 de maio de 2008 e as determinações do TCU e MPF que culminaram na inclusão do quinto cenário ao Plano de Gestão da tainha, referente à implementação de cotas de captura. O orador apresentou a evolução do sistema de cotas iniciada em 2018 para o cerco (traineira) e o emalhe anilhado, focando-se no problema resultante da captura da espécie por modalidades não controladas, resultando em cota zero para a modalidade cerco (traineira). Com a evolução dos trabalhos do GT Tainha em 2024 e 2025, foi decidida a expansão do sistema para novas modalidades, abrangendo o Estuário da Lagoa dos Patos, emalhe liso e arrasto de praia. O orador informou que na 18ª Reunião do GT Tainha foi divulgada proposta para a safra 2026 e que recebeu, do setor, contrapropostas que foram avaliadas internamente. Foi apresentada a proposta final da safra 2026 conforme quadro abaixo.

Proposta final				
Modalidade	Cota global	Cota/Teto individual	Monitoramento	Aviso e encerramento
Cerco/traineira	720t + 5% (buffer) por embarcação 10 vagas	Proporcional ao nº de vagas preenchidas	PesqBrasil Monitoramento	80 e 90%
Emalhe anilhado	1250t (desconto 156t = 1.094t) 130 vagas	15t + 20%	PesqBrasil Monitoramento	70 e 80%
Emalhe costeiro de superfície	2.070t	Não há	PesqBrasil Monitoramento	80 e 90%
Arrasto de praia	1.332t	Não há	PesqBrasil Monitoramento	80 e 90%
Estuário da Lagoa dos Patos	2.760t	Não há	PesqBrasil Monitoramento + Planilha de controle da INC 03/2004	80 e 90%

A senhora Elielma Borcem (SERMOP) reforçou o fortalecimento contínuo do monitoramento como elemento central da gestão por cotas de captura. Foi ressaltado que, ao longo dos últimos anos, houve avanços graduais e consistentes, e que em 2025 o processo atinge maior maturidade, com a proposta de implementação de uma versão aprimorada do SISTainha. Destacou ainda a importância da inclusão da pescaria do Estuário da Lagoa dos Patos no novo sistema digital, considerando que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

essa modalidade ainda operava com registros físicos. A oradora acredita que a proposta apresentada preserva a lógica já conhecida pelos usuários e, portanto, não gerará rupturas ou dificuldades adicionais para o setor.

O senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) informou que, para a pesca diversificada costeira, a principal mudança para 2026 será o estabelecimento de um período específico de atividade, inexistente na portaria de 2025. Destacou também a repatriação da modalidade 3.9, permitindo que embarcações de arrasto de fundo utilizem rede de emalhe de superfície durante a safra de tainha. A medida atende demandas de comunidades que, em 2025, relataram a relevância socioeconômica dessa pescaria e os conflitos gerados pela sua exclusão. A reinclusão busca garantir acesso regulado e controlado ao recurso.

A senhora Sandra Silvestre agradeceu as falas da SNPA e SERMOP e ressaltou que o processo desenvolvido ao longo do ano foi extenso e contou com ampla participação do setor. Destacou ainda que a nova avaliação de estoque trouxe resultados inesperados, mas a atualização decorre da revisão de parâmetros biológicos, o que aprimorou o modelo, sem indicar a melhora efetiva do estado do estoque. Assim, reforçou que não há condições para adotar valores acima do Limite Biologicamente Aceitável (LBA).

A senhora Letícia Canton (Oceana) indagou se durante a safra de 2025 não houve a complementar da modalidade 3.9 e o senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) respondeu que não houve a complementar para essa modalidade.

O senhor Cadu Villaça (Conepe) agradeceu a apresentação e destacou que, historicamente, as embarcações de cerco (traineira) foram as mais prejudicadas nas restrições impostas à pesca da tainha. Ressaltou que a análise socioeconômica deve considerar não apenas o impacto social das comunidades artesanais, mas também o valor econômico gerado pela biomassa capturada. Questionou o caráter de “proposta final” apresentado e pediu que o colegiado reavaliasse dois pontos: a) maior participação das embarcações de cerco (traineira) na distribuição da cota, e b) revisão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

da limitação de vagas, argumentando que a gestão deveria se basear na mortalidade por pesca e não necessariamente no número de embarcações. Solicitou a discussão dessas considerações.

A senhora Sandra Silvestre esclareceu que a “proposta final” resulta da consolidação entre a proposta técnica do GT Tainha e as contribuições enviadas pelo setor. Sobre a limitação de vagas para o cerco (traineira), explicou que a opção por menos embarcações visa garantir maior cota individual, já que historicamente o setor considerou 50 t por embarcação, insuficientes. Recordou que, mesmo com doze vagas abertas na última safra, apenas dez foram preenchidas. Destacou que a limitação também é uma medida de segurança, dado o alto poder de pesca das embarcações de cerco (traineira) e o monitoramento ainda em aprimoramento, evitando que toda a cota seja capturada em curto espaço de tempo.

O senhor Rafael Pinheiro (SNPI) complementou a fala da senhora Sandra Silvestre contextualizando os dados comparativos com a safra de 2025, ressaltando o avanço significativo, apesar da insatisfação do setor, porém reforçou que a gestão tem sido construída de forma conjunta com o objetivo de recuperação do estoque da espécie e aprimoramento contínuo da pescaria da tainha.

O senhor Cadu Villaça (Conepe) agradeceu os esclarecimentos e destacou que, embora os números apresentados sejam positivos, a gestão não deve ser tratada de forma completamente rígida ou “cartesiana”. Ressaltou que a pesca é dinâmica e cada safra possui características próprias, o que justificaria maior flexibilidade decisória para o setor, especialmente para o cerco (traineira). Argumentou que, em anos mais promissores, a modalidade poderia distribuir o esforço entre um número maior de embarcações, sem alterar a mortalidade total sobre o estoque, mas que a limitação normativa impede essa adaptação. Concluiu reforçando a necessidade de considerar essa dinâmica anual na tomada de decisões.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) informou que para a proposta, foi considerado um aumento igualitário de 20 % para todas as modalidades.

O senhor Agnaldo dos Santos (SINDIPI) ressaltou a importância cultural e econômica da pesca da tainha para Santa Catarina e destacou que o setor industrial sempre cumpriu as normas, inclusive em ano de cota zero, mantendo rastreadores, observadores e demais exigências legais. Apontou problemas no sistema PREPS, que apresenta falhas sem retorno adequado aos armadores, gerando penalidades injustas. Defendeu o pedido do setor para manter quinze vagas na modalidade, e 50 t argumentando que a limitação atual reduz a flexibilidade da frota e não representa risco à mortalidade do estoque, pois o processo de habilitação e credenciamento naturalmente reduz o número efetivo de embarcações. Reforçou o compromisso do sindicato com a pesca legal e com a colaboração em estudos e ações de gestão.

A senhora Ana Flávia Pinto (Coordenação Nacional das Comunidades Sazonais Caiçaras) agradeceu o convite da CNPA para participação na presente reunião e apresentou um histórico da luta pelo reconhecimento da pesca com emalhe de superfície, ressaltando a conquista judicial obtida no TRF da 3ª Região, com apoio da DPU e MPF, garantindo o direito de uso da modalidade até dezembro de 2025, mediante condições específicas e automonitoramento. Relatou o trabalho contínuo desenvolvido por comunidades tradicionais, colônias de pesca e universidades, especialmente a Unifesp, para consolidar um sistema de automonitoramento da pesca artesanal, considerado essencial para subsidiar a gestão. Diante disso, solicitou a prorrogação da portaria do emalhe de superfície e a instalação do Grupo de Trabalho até 15 de dezembro, manifestando preocupação de que, sem essas medidas, os avanços obtidos e direitos assegurados possam ser perdidos. Finalizou pedindo apoio do MPA e do MMA para dar continuidade ao debate e formalizar as soluções construídas ao longo dos últimos anos. Em resposta, a senhora Adayse Bossolani (SNPA) informou sobre os avanços obtidos na construção do GT e que estava aguardando a anuência do MMA sobre a proposta de prorrogação da autorização de pesca da rede boeira até o ano de 2026. O senhor Roberto Gallucci (MMA) informou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que a pauta está sob consulta ao IBAMA e ICMBio e aguardando resposta até a semana posterior a esta reunião para dar seguimento com urgência ao trâmite.

O senhor Caetano Junior (CNPA) reforçou a preocupação dos pescadores artesanais com a continuidade do emalhe de superfície e defendeu o monitoramento baseado em dados reais de produção. Criticou limitações do PesqBrasil - RGP, como o registro restrito a vinte espécies e a divergência entre espécies disponíveis no sistema e no Mapa de Bordo. Informou que, em Caraguatatuba/SP, apenas oito pescadores registraram pequena quantidade de tainha e ressaltou que a pescaria da espécie ocorre o ano todo, alertando que datas rígidas podem gerar multas indevidas. Finalizou pedindo atenção a essas questões.

O senhor Ricardo Siviero (Sindicato dos Armadores de São Paulo) reforçou a fala do SINDIPI e destacou que a licença de pesca da tainha funciona como um “prêmio” altamente valorizado pelas embarcações. Defendeu ampliar o número de barcos autorizados para 24, capturando 30 t cada. Segundo o orador, essa divisão ampliaria os benefícios sociais e culturais entre os pescadores, sem prejuízo econômico, já que as embarcações podem retornar a outras pescarias após cumprir sua cota. Finalizou afirmando que uma distribuição mais ampla é positiva para o setor e para a comunidade pesqueira.

O senhor Marcos Domingos (APPAECSC) agradeceu o empenho das equipes do MPA e reconheceu avanços na compreensão da pescaria, embora considere os números ainda sensíveis para o emalhe anilhado. Informou que o setor encaminhou propostas para melhorar o monitoramento e evitar excedentes de captura, defendendo especialmente a redução do tempo de reporte para que o *start* de encerramento ocorra mais próximo de 90 % da cota. Destacou que o emalhe anilhado tem adotado sistemas de controle de forma pioneira e que o setor está disposto a reportar dados com mais agilidade. Pediu que as sugestões sejam consideradas. O senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) reconheceu que o tema já havia sido debatido no GT Tainha, destacando a importância dos procedimentos de encerramento de safra para evitar ultrapassagem



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

da cota global. Afirmou que as propostas do setor são válidas e podem ser amadurecidas, mas ressaltou que ajustes no monitoramento e no sistema ainda são necessários. Indicou que há espaço para avançar nessa discussão ao longo de 2026. O orador reforçou que, mesmo com o *start* de encerramento em 70 % ou 80 %, o histórico de excedentes de 10 % a 15 % não levaria ao atingimento da cota total, resultando em sobras significativas. Enfatizou que a proposta do setor – reduzir o tempo de reporte pela metade – aumentaria a agilidade no cômputo dos dados e evitaria capturas no período entre o *start* e o encerramento efetivo. Alertou que grandes sobras de cota prejudicam comunidades que dependem da pescaria e defendeu que a redução do tempo de reporte é uma alternativa capaz de equilibrar sustentabilidade e viabilidade econômica. Finalizou pedindo que o tema seja refletido pelo colegiado.

O senhor Wilson Santos (FIESC) informou que, conforme o monitoramento de 2025, a captura total estimada é de aproximadamente 5.600 t, valor inferior a 70 % do LBA prevista para 2026, indicando encerramento do ano com captura abaixo do limite. Nesse contexto, propôs não aplicar desconto à pesca de emalhe anilhado em 2026, considerando o baixo nível de captura e o possível aumento da biomassa. Sugeriu ainda que eventuais descontos por arte de pesca somente sejam aplicados quando a captura total ultrapassar percentual mínimo do LBA, propondo o patamar de 75 %, abaixo do qual nenhuma arte seria penalizada. Por fim, sugeriu a eliminação do desconto de 156 t aplicado ao emalhe anilhado, para avaliação do colegiado.

O senhor Ricardo Siviero (Sindicato dos Armadores de São Paulo) solicitou justificativa para a manutenção do limite de dez embarcações de cerco (traineira), questionando a não ampliação da frota. A senhora Sandra Silvestre explicou que a manutenção do limite de dez embarcações decorreu do entendimento de que, à época, 50 t não seriam economicamente suficientes, considerando que as embarcações autorizadas à captura de tainha não podiam capturar sardinha durante a safra. Ressaltou que, atualmente, há possibilidade de captura de tainha e sardinha, o que altera esse cenário. O participante questionou se na proposta apresentada, a embarcação que atingir a cota de tainha ficaria impedida de capturar outras espécies



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pelo restante da safra, se essa restrição se aplicaria por período determinado ou por toda a duração da safra. A senhora Sandra Silvestre explicou que, quando da implantação do sistema de cotas em 2018 ~ 2019, as embarcações de cerco (traineira) autorizadas para a captura de tainha deveriam manter essa autorização até o final da safra, sem possibilidade de retornar à pesca da sardinha, razão pela qual 50 t eram consideradas insuficientes. Informou que, atualmente, após atingir sua cota de tainha, as embarcações podem retornar à captura de sardinha, cenário no qual o limite de 50 t passa a ser suficiente. Vencidos os questionamentos, o orador reiterou sua concordância com a ampliação do número de traineiras, sugerindo quinze ou até 24 embarcações, argumentando que a cota individual pode ser atingida em curto período (vinte a trinta dias), evitando a paralisação das embarcações e da tripulação durante o restante da safra.

O senhor Rafael Pinheiro (SNPI) informou que, no ano anterior, 31 embarcações não foram habilitadas, sendo 22 do Estado de Santa Catarina. Esclareceu que 77% das não habilitações decorreram de ausência ou atraso na entrega do Mapa de Bordo, além de outras questões operacionais já discutidas. Destacou que, no Rio de Janeiro, oito embarcações foram impedidas de habilitação pelo mesmo motivo, enquanto em São Paulo houve apenas um caso. Apresentou posicionamento técnico no sentido de que o número de 24 embarcações é inviável, reforçando que o limite de dez embarcações foi definido considerando a produtividade e a viabilidade econômica, uma vez que volumes abaixo de 50 t podem se tornar inviáveis, inclusive diante dos custos operacionais, como a armação de redes específicas para a pesca da tainha. Ressaltou, por fim, que a definição do quantitativo de embarcações considerou também o histórico de não habilitação.

O senhor Agnaldo Santos (SINDIPI) informou que o petrecho de cerco traineira utilizado na pesca da sardinha e da tainha é o mesmo, bem como a forma de operação. Destacou a influência de fatores ambientais na dinâmica da pesca e ressaltou o papel social do setor, com ações de valorização e doação de pescado. Afirmou que a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

embarcação pode pescar até o limite de sua cota e, após atingi-lo, encerrar a atividade e retornar a outra safra, observadas as normas vigentes.

O senhor Cadu Villaça (Conepe) ponderou que o aumento proporcional da cota entre as modalidades, embora operacionalmente simples, não considera aspectos históricos nem parâmetros biológicos. Destacou que a retirada de indivíduos maiores, em estágio avançado de migração reprodutiva, tem impacto distinto sobre a reposição do estoque quando comparada à captura em ambientes lagunares. Assim, sugeriu que a definição das cotas considere critérios biológicos, e não apenas proporcionalidade matemática. O senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) agradeceu a contribuição apresentada e informou que o MPA tem descentralizado recursos para ampliar a geração de dados, destacando a realização de estudos em andamento, a pesquisa na Lagoa dos Patos, importante berçário da espécie e o convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina, voltado ao acompanhamento das pescarias, inclusive fora da safra, para aprimorar o conhecimento sobre parâmetros biológicos dos indivíduos capturados e a proporção entre tainha e parati. Ressaltou que essas informações já vêm sendo compartilhadas no âmbito do GT e devem subsidiar as decisões futuras.

O senhor Tiago Frigo (SAQ/SC) solicitou esclarecimentos sobre o tratamento diferenciado do emalhe anilhado, questionando os percentuais de aviso de encerramento aplicados (70%, em comparação a 80% e 90% das demais modalidades). Questionou ainda a manutenção da cota de arrasto de praia exclusivamente para o Estado de Santa Catarina, manifestando discordância quanto à existência de modalidade restrita a um único estado. Indagou se as modalidades equivalentes em outros estados permanecem sem cota e se será mantida a justificativa adotada no ano anterior, relacionada à existência de áreas protegidas, como no caso de São Paulo. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre os percentuais de controle aplicados ao arrasto de praia e sobre os mecanismos de fiscalização, mencionando o uso de notas fiscais como instrumento de controle.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O senhor Leonardo Pinheiro (SNPA) esclareceu que o arrasto de praia é regulamentado, no âmbito federal, apenas em Santa Catarina, em razão de seu enquadramento na Instrução Normativa MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011 e da construção participativa que resultou na Portaria SAP/MAPA nº 617, de 8 de março de 2022, voltada à regulamentação da modalidade no Estado. Explicou que, em outros estados, a pesca similar possui espécies-alvo distintas da tainha e é regulada por normas locais, como no caso de São Paulo, sob gestão da Fundação Florestal, em áreas de conservação. Ressaltou a necessidade de aprofundar diagnósticos e dados para eventual inclusão dessas modalidades no permissionamento federal, de forma consistente e duradoura.

O senhor Lucas Oliveira (SERMOP) esclareceu que, para o emalhe anilhado, a proposta do MPA para a safra de 2026 é a adoção de aviso de encerramento aos 70% e fechamento aos 80% da cota, como medida preventiva. Informou que, nas safras de 2024 e 2025, a modalidade ultrapassou a cota global, apesar de não haver extrapolação das cotas individuais, resultando em descontos sucessivos. Destacou que a medida visa evitar novas ultrapassagens da cota global e, conseqüentemente, penalizações futuras à modalidade.

A senhora Rafaela Passarone (SERMOP) complementou que, no arrasto de praia, o prazo de reporte é mais longo, podendo chegar a quinze dias, o que justifica a adoção de gatilhos mais conservadores, de modo a evitar o extrapolamento das cotas da modalidade.

O senhor Tiago Frigo (SAQ/SC) complementou que, conforme informações recebidas em diálogo com o Ministério, o arrasto de praia e outras modalidades utilizariam apenas a nota fiscal como forma de reporte. Nesse sentido, ponderou que, caso esse procedimento seja mantido para o próximo ano, não haveria justificativa para tratamento diferenciado, uma vez que a velocidade de reporte por nota fiscal seria equivalente para todas as modalidades. A senhora Rafaela Passarone (SERMOP) esclareceu que a normativa prevê a possibilidade de utilização conjunta dos dados do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Mapa de Bordo e das notas fiscais, a fim de comparar, validar e avaliar a representatividade dos reportes. Ressaltou que a adoção de um ou outro instrumento constitui opção de gestão, a ser definida conforme a qualidade e a consistência dos dados observados, sendo necessária cautela para assegurar a validação das informações da indústria.

Questionado sobre o reporte através da nota fiscal para a modalidade de arrasto de praia, o senhor Lucas Oliveira (SERMOP) respondeu que fora utilizada a nota fiscal para realizar o modelo de expansão do arrasto de praia, e os dados do Mapa de Bordo para fazer a validação. Entretanto, o senhor Tiago Frigo (SAQ/SC) discorreu sobre a diferença dos dados do monitoramento, apresentando uma soma maior para a cota. O senhor Leonardo Pinheiro (SERMOP) complementou que, desde a publicação da Portaria SAP/MAPA nº 617, de 8 de março de 2022, o instrumento de monitoramento do arrasto de praia era o Mapa de Produção, tendo sido alterado este ano para o Mapa de Bordo.

A senhora Sandra Silvestre informou que o senhor Henrique Pereira (CONTTMAF) por estar com problemas de conexão, concordou, por mensagem, com a opinião do SINDIPI. A oradora solicitou intervalo de vinte minutos para discussão interna com o MMA.

Após intervalo, a senhora Sandra Silvestre informou a todos os participantes de que o governo não atingiu um consenso sobre a definição da próxima safra, porém, a gestão compartilhada comprometeu-se a não publicar portaria com quantitativo menor ao proposto.

O senhor Agnaldo Santos (SINDIPI) indagou à mesa sobre possibilidade de convocação de reunião extraordinária para debater possível decisão do governo após esta reunião extraordinária, para permitir isonomia na participação do setor. A senhora Sandra Silvestre agradeceu a manifestação e lembrou a todos que a 2ª Reunião Extraordinária do CPG Pelágicos SE/S é uma validação das discussões realizadas pelo GT Tainha durante um ano, logo descartou a possibilidade de convocação de nova



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

reunião. Explanou sobre a urgência da publicação da normativa, devido a necessidade de monitoramento da pescaria no Estuário da Lagoa dos Patos.

O senhor Cadu Villaça (Conepe) reconheceu a complexidade de acomodar os diferentes pleitos apresentados e ponderou que há margem técnica para ajuste das cotas, seja pelo uso do intervalo de confiança ou pela compensação de ultrapassagens de anos anteriores. Reiterou que existe espaço para ampliação da cota destinada às embarcações de cerco (traineira), destacando que, historicamente, essa modalidade foi a mais prejudicada no sistema de cotas e que apresenta menor impacto biológico sobre o estoque, recomendando que tais aspectos sejam considerados nas deliberações finais.

Foi registrado protesto feito pelo senhor Ricardo Siviero (Sindicato dos Armadores de São Paulo) quanto à restrição do número de embarcações de cerco (traineira), com a manifestação de que a limitação proposta beneficiaria poucos agentes, destoando do princípio de uma política pública inclusiva e representativa, defendendo que a medida não contemplaria o conjunto do setor. A senhora Sandra Silvestre solicitou moderação nas falas, ressaltando que manifestações nesse tom podem ofender a equipe técnica, que vem trabalhando há cerca de um ano na construção da safra de 2026, com diálogo nos territórios e escuta ativa dos diversos setores. Destacou que houve aumento de cotas para todas as modalidades, buscando contemplar o conjunto do setor, e enfatizou o alto grau de dedicação institucional envolvido, o que impacta inclusive a discussão de outras pescarias ao longo do ano. O senhor Ricardo Siviero reconheceu o empenho da equipe técnica, esclarecendo que o tom adotado decorre da preocupação do setor com a limitação proposta. Ressaltou a necessidade de maior clareza e fundamentação técnica sobre os motivos que impedem a ampliação do número de embarcações, ainda que de forma gradual. Afirmou que o setor busca compreender os critérios adotados para poder contribuir de forma construtiva, destacando que a definição do quantitativo mínimo de embarcações gerou frustração e preocupação entre os representantes da indústria.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A senhora Sandra Silvestre discorreu novamente que a proposta apresentada resulta de um ano de discussões no GT Tainha e das contribuições encaminhadas pelo setor, destacando que todas as cotas foram ampliadas em relação ao debatido no GT. Informou que não houve consenso entre os órgãos envolvidos, o que impede decisão imediata. Ressaltou que os valores apresentados não serão reduzidos na publicação da norma, estando assegurados, no mínimo, 720 toneladas (+5%) e 10 embarcações para o cerco, e que eventuais ajustes ocorrerão apenas para cima, após maior amadurecimento técnico e jurídico.

O senhor Ricardo Siviero (Sindicato dos Armadores de São Paulo) ponderou que a ausência de consenso decorre da existência de entraves específicos ainda não superados e solicitou maior transparência quanto a esses pontos, a fim de que o setor possa compreender e contribuir para sua superação. Questionou se haveria a possibilidade de nova rodada de discussões ou outro mecanismo para esclarecimento dos entraves técnicos que impedem o avanço da proposta.

O senhor Agnaldo Santos (SINDIPI) pediu desculpas por eventual mal-entendido quanto ao tom de sua fala, reafirmando o respeito do SINDIPI ao MPA, MMA e aos demais setores. Destacou que a proposta do sindicato não visa aumento de cotas, mas sim a ampliação do número de embarcações, como forma de distribuição mais equitativa e apoio aos trabalhadores em dificuldade. Ressaltou que o setor industrial é parceiro do governo, não pretende prejudicar a pesca artesanal e está disposto a colaborar inclusive com ações de pesquisa e monitoramento, reforçando a necessidade de diálogo e cooperação entre os setores.

A senhora Sandra Silvestre concedeu a palavra ao Sindicato dos Armadores de São Paulo e SINDIPI para breves considerações finais.

O senhor Ricardo Siviero (Sindicato dos Armadores de São Paulo) pediu desculpas à mesa por eventual tom inadequado em sua fala e esclareceu que sua preocupação central se referiu ao aspecto social, defendendo a ampliação do número de embarcações como forma de beneficiar mais pescadores. Agradeceu a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

oportunidade de participar da reunião, manifestou disposição para contribuir nos próximos debates e desejou a todos um bom final de ano, colocando-se à disposição em Santos/SP.

O senhor Agnaldo Santos (SINDIPI) explanou que a sugestão de aumentar para 15 embarcações permissionadas não representa aumento desproporcional, mas sim, de lógica matemática, sem elevação da cota total de 750 t e com maior distribuição e impacto social, valorizando o pescador industrial.

A senhora Sandra Silvestre esclareceu que a ausência de consenso decorreu de divergência técnica, e não institucional, pois durante as visitas de campo realizadas nos estados do Sudeste e Sul, os técnicos ouviram reiteradamente que 50 t não seriam economicamente viáveis por embarcação, razão pela qual se reduziu o número de barcos para ampliar a captura individual. Contudo, nesta reunião, o setor informou que 50 t — e até 30 — seriam viáveis, gerando informações contraditórias que impediram uma decisão responsável pela gestão compartilhada. A decisão final será construída internamente pelo MPA e MMA e apresentada na próxima reunião do GT Tainha, antes da publicação da norma. A senhora Sandra Silvestre agradeceu a participação de todos, reconheceu os avanços no diálogo com os setores artesanal e industrial e encerrou a reunião desejando boas festas e continuidade das discussões no próximo ano.